



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE

PAREDES DE COURA



ATA N.º 01/2013 (Mandato 2009/13)

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2013

CONTÉM 07 PÁGINAS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 01/2012 DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2013
INICIADA ÀS 21,00 HORAS E CONCLUÍDA ÀS 22,10 HORAS.

Sumário

Páginas

= ABERTURA =	3
= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =	4
= ATA DA SESSÃO ANTERIOR =	4
APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES =	4
=INTERVENÇÕES POLITICAS DOS GRUPOS MUNICIPAIS =	5
ORDEM DO DIA =	5
= APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICIPIO =	5
= ENCARGOS PLURIANUAIS DE PLANO DE PAGAMENTOS =	5
= LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS =	7
= INTERVENÇÃO DO PÚBLICO =	7
= ENCERRAMENTO =	7



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= ABERTURA =

----- No dia vinte e dois do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Município, sob a presidência de José Augusto de Brito Pacheco, secretariado por Luísa Maria da Costa Gomes de Castro e Perfeita Barreiro de Araújo Esteves, primeira e segunda secretárias, respectivamente, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea b), nº 1, do artigo 54º e do n.º 1 do artigo 49º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 14 de setembro, convocada pelo edital do dia onze do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze.-----

-----Registou-se a falta de Agostinho Lourenço Fernandes de Sá (PS), de Amâncio Barbosa; de Eugénio Octávio Gonçalves Pereira (PS), de Isabel Maria Marques Nolasco da Silva Vaz (PS) e de Manuel Joaquim da Costa Tinoco (PS); que nos termos legais, procederam à respetiva justificação.---

-----Registou-se a presença dos seguintes membros: José Augusto de Brito Pacheco (PS); Décio Brandão Guerreiro (PPD/PSD); Rosalina Maria Barbosa Martins (PS); João Manuel da Cunha (PPD/PSD); Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS); Maria Eugénia Guedes Soares Sousa (PPD/PSD); Eduardo Daniel Esteves Cerqueira (PS); João Paulo da Cunha Alves (PCP-PEV); Francisco Sousa Cruz (PPD/PSD); Perfeita Barreiro de Araújo Esteves (PS) José Augusto Amorim Oliveira (PS); José Pereira da Cunha (PPD/PSD); Maria Elisabete Freitas Ribeiro (PPD/PSD); Olímpio António Fernandes Caldas (PPD/PSD); Ivan Mata Morais (PS); Cláudia Maria Fernandes Soares (PCP-PEV), Carlos Manuel de Sousa Barbosa (PS); Paulo Manuel Dantas Rosa (PPD/PSD); Iolanda Maria Cerqueira Pereira (PS); Baltasar de Castro Fernandes (PS); João Barbosa Cerqueira (PS); Carlos Alberto Fernandes Pereira (PPD/PSD); Daniel Rodrigues Barbosa (PS); Maria Etelvina Lima Saraiva da Cunha Rocha Montenegro (PS); José João Gomes Gonçalves (PPD/PSD); Eduardo José de Oliveira Dias (PS); Manuel Lopes Fernandes (PS); António Soares Gonçalves Pereira (PS); Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS); Celso Guerreiro Barbosa (PPD/PSD); Amândio Libério Meireles Pinto (PPD/PSD); Manuel Alfredo Barbosa Nogueira (PS); Anésio Pereira Barbosa (PPD/PSD); Joaquim Felgueiras Lopes (PS); António Gonçalves Barbosa (PS); José de Sousa Amorim (PPD/PSD); Francisco Gonçalves Dias (PS); Maximiano Teixeira da Costa (PS).-----

-----Do Presidente da Câmara – António Pereira Júnior e dos Vereadores: José Augusto Viana de Sousa (PSD); Manuel Pinheiro Monteiro (PS); Alexandra Maria Barbosa de Marinheiro (PS) e Albano Rodrigues de Sousa (PSD).-----

-----Substituições:-----

-----Eugénio Octávio Gonçalves Pereira (PS) foi substituído por Filipa Sofia Vieira Cunha.-----

-----Amâncio Barbosa (PS) foi substituído por Maria Luísa Barbosa de Sá



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Agostinho Lourenço Fernandes de Sá (PS) foi substituído por Maria Ester de Sousa Loureiro Silva.-----

-----Manuel Joaquim da Costa Tinoco (PS) foi substituído por Tiago Manuel Pereira da Cunha.-----

-----Isabel Maria Marques Nolasco da Silva Vaz (PS) foi substituída por Manuel José Miranda.-----

----- O Presidente da Assembleia, verificando haver *quorum*, declarou aberta a sessão. -----

= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =

= ATA DA SESSÃO ANTERIOR =

-----Ponto n.º 1 – Leitura do expediente, bem como dos anúncios que o regimento impuser e discussão e votação da acta da sessão anterior; -----

-----A ata da sessão anterior, oportunamente distribuída e dispensada da sua leitura, depois de submetida à votação, foi aprovada, por maioria, com 36 votos a favor: sendo 24 do PS, 10 do PSD e 2 do PCP e 1 abstenção do PSD, por não ter estado presente.-----

APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES =

-----Ponto n.º 2 - Apresentação de assuntos relevantes para o município e à emissão de votos e moções.-----

-----Joaquim Felgueiras Lopes: Representante do Conselho Municipal de Educação, disse que a Comissão reuniu no dia 20 último, tendo decorrido na normalidade. Elogiou o desfile de Carnaval e as instituições participantes – OUSAM, Santa Casa da Misericórdia e Centros de Dia, e, em particular, o empenho e dedicação dos seus funcionários. Lamentou a ausência do Agrupamento Território Educativo de Coura.-----

-----Décio Guerreiro (Porta-voz do Grupo Municipal do PSD): Congratulou-se com a criação do Polo da Cruz Vermelha no concelho, na expectativa de que se torne num polo de apoio aos mais carenciados. Questionou os presidentes das juntas, cujas freguesias foram alvo de agregação, quanto à apresentação de providências cautelares. Foi informado de que nenhum interpôs providências cautelares -----

-----Carlos Barbosa (Porta-voz do Grupo Municipal do PS): Referiu que não obstante a preocupação manifestada pelos presidentes das juntas com a situação de agregação, considerou sensata a atitude em não onerar as freguesias, considerando o risco de não atingirem qualquer resultado. Fundamentou que os tribunais deram uma interpretação política a esta matéria e não a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

enquadraram sob o ponto de vista jurídico, sendo que o risco de intentar ações serviria para gastar dinheiro, pois os resultados não corresponderiam ao desejado.-----

-----**José Pereira da Cunha (PSD):** Considerou a necessidade de arranjar os jardins públicos e encerramento ou recuperação do parque do Penedo da Veiga, considerando o mau estado do pavimento, sugerindo, ainda, a colocação de uma máquina de multibanco na Tesouraria municipal. -----

-----**Presidente da Câmara:** Concordou com a necessidade de arranjar os jardins, no entanto, lembrou haver outras prioridades. Quanto ao parque do Penedo da Veiga disse ser intenção alterá-lo para jardim, razão pela qual não foi alvo de qualquer investimento. Considerou também como inadequada a instalação de uma máquina de multibanco dentro do edifício Municipal e informou estar instalado um terminal de pagamento.-----

=INTERVENÇÕES POLITICAS DOS GRUPOS MUNICIPAIS =

-----**Ponto n.º 3 – Intervenções políticas pelos grupos municipais:**-----

Não houve intervenções.-----

ORDEM DO DIA =

= APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICIPIO =

-----**Ponto n.º 1 - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município, bem como da sua situação financeira, nos termos da al. e) do art. 53º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro.**-----

Não houve intervenções.-----

= ENCARGOS PLURIANUAIS DE PLANO DE PAGAMENTOS =

-----**Ponto n.º 2 – Autorização de pagamento dos encargos plurianuais gerados pelo plano de pagamentos para a dívida ao empreiteiro Carlos José Fernandes & C.ª, Lda., ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA.**-----

-----**Presidente da Câmara:** Informou que o empreiteiro Carlos José Fernandes & C.ª, Lda., desde 2001, executou um grande número de obras no concelho, designadamente as constantes da lista enviada e que acarretou muita despesa de financiamento ao Município. Para muitas dessas obras foram formalizadas candidaturas – parques, CEIA, escola básica, saneamento e repavimentações, Escola Profissional - embora tenha havido atrasos nos pagamentos relativos às participações, -----**Com a falta de financiamento pela Câmara, o empreiteiro executou as obras, recorrendo a financiamento e cedendo os seus créditos em contrato de 'factoring', com o compromisso do Município na assunção dos encargos.**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Em 2009, o empreiteiro apresentou uma proposta de pagamento de encargos, no valor de um milhão e seiscentos mil euros de juros, não se tendo chegado a entendimento para esse pagamento ---

-----Já em 2012, e com nova proposta consensualizada entre os técnicos do Município e o empreiteiro, apurou-se o presente valor de cerca de um milhão de euros, que mediante acordo será pago ao empreiteiro em prestações mensais, no prazo de quatro anos, situação acautelada no âmbito das obrigações da Lei dos Compromissos.-----

-----**José Cunha:** Demonstrou perplexidade ao saber da obrigatoriedade de pagamento de cerca de um milhão de euros em juros, por execução de obras que considerou dispensáveis.-----

-----**Décio Guerreiro:** Concordou que os juros em dívida devem ser pagos, questionando, porém, as negociações de 2009 para 2012 e ainda qual a data da fatura mais antiga. Quis saber se o valor em juros é o indicado ou se haverá agravamento e ainda se haverá outros empreiteiros a reclamar pagamentos idênticos. Solicitou um relatório das situações pendentes. Por fim, recomendou à bancada do PSD o voto favorável.-----

-----**Presidente da Câmara:** Disse que a situação pode acontecer com outros empreiteiros, embora em menor escala, estando já preparados para essa situação.-----

-----Relativamente ao presente caso, que ambas as partes definiram as regras e que nos termos de acordo de pagamento é expresso numa das cláusulas de que não são devidos quaisquer outros encargos, designadamente juros de mora ou outros.-----

-----Disse, ficarem, depois de pagas todas as despesas correntes (de pessoal e encargos bancários, etc.) cerca de dois milhões de euros, que, juntamente com fundos comunitários permitirão ao próximo executivo um maior investimento, não sendo, por isso, uma situação alarmante.-----

-----Informou que a despesa do corrente ano está regularizada e logo que o financiamento do PAEL (Programa de Apoio à Economia Local) esteja disponível, poderá ser paga de imediato setenta por cento da dívida. Após o comprovativo do pagamento, serão recebidos os restantes trinta por cento. Assim, o Município ficará sem dívida de curto prazo, excepto aquela que decorre naturalmente das despesas de funcionamento e ainda das obras que estão ser executadas, consideráveis em termos de volume financeiro. Informou ainda que numa próxima sessão da Assembleia Municipal apresentará um plano de pagamento de todas as dívidas do Município para os próximos anos.-----

-----**Décio Guerreiro:** Atendendo ao valor dos juros, questionou o valor da obra executada e ainda quanto ao PAEL, qual o valor de participação e se houve alguma redução.-----

-----**Presidente da Câmara:** Informou que o custo total de obras adjudicadas ao empreiteiro Carlos José Fernandes & C^a. Lda. foi de dez milhões e trinta e um mil euros.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Relativamente ao PAEL, informou que a assinatura do contrato inicial foi de cerca de três milhões e duzentos mil euros, tendo sido reduzido, por imposição do Tribunal de Contas, o valor de cerca de trezentos e trinta mil euros, por se tratar de dívidas que não se encontravam na situação de pagamentos em atraso (noventa dias além da data de vencimento) em 31-03-2012. Neste momento, o financiamento encontra-se visado pelo Tribunal de Contas e o Município receberá a importância de cerca de dois milhões e oitocentos mil euros (noventa por cento do valor dos pagamentos em atraso reportados àquela data). -----

-----Submetido à votação a autorização de pagamento dos encargos plurianuais gerados pelo plano de pagamentos para a dívida ao empreiteiro Carlos José Fernandes & C.^a, Lda., ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LPCA, foi aprovada, por maioria com 41 votos a favor, sendo 27 do PS e 12 do PSD; 1 voto contra do PSD (José Pereira da Cunha), e uma abstenção do PSD, ambos com declaração de voto.-----

-----Foi apresentada uma declaração de voto por José Pereira da Cunha, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante.-----

-----João Cunha disse abster-se por não ter recebido os documentos.-----

-----Esta parte da ata foi aprovada em minuta, por maioria com uma abstenção por não ter recebido a documentação, para que possa produzir efeitos imediatos.-----

= LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS =

-----Ponto n.º 3 - Tomar conhecimento da listagem de compromissos plurianuais assumidos até 31/12/2012, no âmbito da autorização genérica da Assembleia Municipal de 26/06/2012, em cumprimento do estipulado na alínea c) do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

= INTERVENÇÃO DO PÚBLICO =

-----Não houve intervenções. -----

= ENCERRAMENTO =

-----E nada mais havendo mais a tratar foi encerrada a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo que de tudo, para constar se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Presidente e pela Secretária. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO

AR
C/locar
at

Insistindo na mesma linha de quando da apresentação planos de atividade e orçamentos, hoje mais do que nunca, voto contra esta proposta de pagamento de juros de mora pelos motivos a seguir enunciados:

1- Prova provada da péssima gestão autárquica que cegamente sem olhar a meios, fez obras ditas megalómanas sem o cuidado de prever os seus pagamentos, obras estas (parte) desnecessárias) onerando o município com o eventual agravamento de taxas, licenças, água, saneamento etc.

2 -Das obras que entendo desnecessárias estão a lembrar-me do CELA, PORTAS DO CORNO DE BICO, LOJA RURAL, PARQUES, CASA DA AMERICANA E TANTAS OUTRAS QUE DISPENSO ENUMERAR.

a) Não basta que essas obras sejam comparticipadas em grande parte, o certo é que a sua futura manutenção é a parte que a Câmara terá de comparticipar, já é muito, como disse noutras ocasiões "SÃO ESMOLAS QUE ACABAM POR MATAR O POBRE".

3- Se não se tivesse optado por parte destas obras a tesouraria da Câmara estava saudável a causar inveja a outras câmaras como já aconteceu no passado não muito longínquo.

Será que com estas obras realizadas o concelho cresceu quer em pessoas como em empregos? NÃO...

Não estou contra as firmas que reivindicam os seus créditos, a culpa será de muitos, menos deles, quem faz obra deve receber.

A terminar uma pergunta; se não fosse o governo abrir umas linhas de crédito com pagamentos até o ano de 2014, ⁽²⁰³²⁾ no valor de centenas de milhares de euros, o que aconteceria ao nosso município?

Chega, basta de fazer torres no ar, é tempo de aprender com os erros cometidos com este passado tão recente.

Com estes desmandos quem sofre são o povo em geral e as freguesias que há anos que não realizam obras.

Por tudo isto e o mais que fica por dizer, voto contra a proposta de pagamento de juros de tão elevado valor para as finanças camarárias.

Paredes de Coura e Assembleia Municipal, 22.02.2013

O membro da Assembleia Municipal



(José Pereira da Cunha)

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013

2013